

Apagões, lá e cá

Em 2017 o furacão Irma causou um apagão na Florida que deixou sem energia elétrica 90% dos 5 milhões de consumidores da Florida Light and Power. Em poucos dias o serviço foi restabelecido para a maioria da população. Mas houve quem ficasse sem eletricidade por 10 dias. Curiosamente, a concessionária festejou esse resultado porque anos antes, em 2005, depois do furacão Wilna, o restabelecimento pleno do serviço havia durado 18 dias. No intervalo entre os dois furacões, a concessionária havia adotado alguns procedimentos preventivos. Por exemplo, a substituição de postes frágeis por robustos e a adoção de um pacto de solidariedade com outras concessionárias para ajuda mútua nas emergências climáticas¹.

Apesar desses aperfeiçoamentos, não se pode minimizar o transtorno causado pelo Irma. Há disputas judiciais que perduram até hoje. Na Florida, assim como em São Paulo, a proposta de enterrar toda a rede de distribuição não prosperou porque o aumento tarifário decorrente do vultoso investimento seria politicamente inviável.

A experiência da Florida ensina que, na sequência de desastres naturais, convém não focar apenas na busca de eventuais culpados, que podem até não existir. Mais importante é identificar as fragilidades atuais e adotar estruturas e procedimentos resilientes para o enfrentamento de futuros extremos climáticos. É preciso estar preparado para prevenir, ou pelo menos rapidamente remediar, os danos às redes de distribuição causados por intensas rajadas de vento.

O aparente novo normal climático pode causar diversas outras emergências, como o intenso consumo de eletricidade, acima da capacidade do sistema, por efeito de picos de temperatura. Não é intenção desse artigo ser exaustivo no assunto. Focando apenas em longas interrupções do fornecimento causadas por quedas de árvore, como ocorreu recentemente em São Paulo, o senso comum sugere pelo menos três providências: (1) melhorar a articulação entre as concessionárias e as administrações municipais, tanto para a adoção de uma sistemática eficaz para a poda de árvores (hoje há muita burocracia...), quanto para a substituição das árvores debilitadas por árvores baixas e robustas; (2) estabelecer a ajuda mútua entre concessionárias e suas terceirizadas nos momentos de crise, a exemplo da Florida; (3) substituir ou reparar postes com risco estrutural e disciplinar o seu uso compartilhado com empresas de telecomunicações, tanto para acabar com o cipoal de fios que enfeiam a paisagem urbana quanto para agilizar procedimentos de substituição de redes de ambos os setores durante as emergências.

São investimentos e mudanças operacionais que, se implementadas, aumentariam o custo do serviço e causariam aumentos tarifários. Só que grande parte dos consumidores já gasta uma parcela muito elevada da renda familiar com a conta de luz. Aumentar ainda mais significaria turbinar a inadimplência e a incidência de furto de energia. É preciso

¹ <https://wsvn.com/news/local/fpl-on-what-went-right-wrong-1-year-after-hurricane-irma/>

encontrar na composição tarifária o que poderia ser reduzido para compensar o acréscimo de custo causado pelas medidas preventivas.

Como no Brasil somente 3% da emissão de gases de efeito estufa está associado à produção de eletricidade, enquanto no resto do mundo esse percentual é da ordem de 30%², cabe a pergunta: deveríamos alocar prioritariamente nossos escassos recursos na adaptação do sistema elétrico à nova realidade climática? Ou, como fazem os países desenvolvidos, na redução da emissão de gases que causam o efeito estufa?

O Congresso Nacional tem decidido a favor da segunda alternativa. Há diversas leis que criam incentivos econômicos para as fontes solar e eólica. Tanto a “geração concentrada”, tipicamente formada por grandes parques geradores conectados ao Sistema Interligado Nacional (alta tensão), quanto a “geração distribuída”, tipicamente formada por painéis solares conectados à rede de distribuição (baixa tensão), instalados nos telhados ou em terrenos. Anos atrás, quando essas fontes eram muito caras, os incentivos faziam sentido. Porém, não mais: atualmente são muito baratas. A manutenção dos incentivos serve apenas para atender aos investidores dessas fontes e aos grandes consumidores. Os respectivos custos recaem sobre os ombros dos pequenos consumidores.

O que já é ruim, pode piorar. Tramita no Congresso uma proposta para expandir as fontes subsidiadas com o objetivo de produzir e exportar hidrogênio verde, tanto direta quanto indiretamente (“embutido” em produtos de baixo carbono). São atividades empresariais com potencial de alavancar a produção industrial do país. Porém, deveriam se viabilizar por seus próprios méritos e não à custa do incremento das contas de luz pagas pelos pequenos consumidores.

Jerson Kelman foi diretor-geral da ANEEL, presidente da Light e interventor na Enersul

Publicado no Estadão, Espaço Aberto, 09/12/2023

² <https://www.statista.com/statistics/1423179/global-ghg-emissions-by-sector-annual/#statisticContainer>

A experiência da Flórida ensina que, na sequência de desastres naturais, importante é identificar as fragilidades e adotar estruturas e procedimentos resilientes para enfrentar futuros extremos climáticos

 EXCLUSIVO PARA ASSINANTES



Por Jerson Kelman

09/12/2023 | 03h00

 3 min de leitura

Em 2017, o Furacão Irma causou um apagão na Flórida que deixou sem energia elétrica 90% dos 5 milhões de consumidores da Florida Light and Power. Em poucos dias o serviço foi restabelecido para a maioria da população. Mas houve quem ficasse sem eletricidade por dez dias. Curiosamente, a concessionária festejou esse resultado porque, anos antes, em 2005, depois do Furacão Wilma, o restabelecimento pleno do serviço havia durado 18 dias. No intervalo entre os dois furacões, a concessionária havia adotado alguns procedimentos preventivos. Por exemplo, a substituição de postes frágeis por robustos e a adoção de um pacto de solidariedade com outras concessionárias para ajuda mútua nas emergências climáticas.

Apesar desses aperfeiçoamentos, não se pôde minimizar o transtorno causado pelo Irma. Há disputas judiciais que perduram até hoje. Na Flórida, assim como em São Paulo, a proposta de enterrar toda a rede de distribuição não prosperou porque o aumento tarifário decorrente do vultoso investimento seria politicamente inviável.

A experiência da Flórida ensina que, na sequência de desastres naturais, convém não focar apenas na busca de eventuais culpados, que podem até não existir. Mais importante é identificar as fragilidades atuais e adotar estruturas e procedimentos resilientes para o enfrentamento de futuros extremos climáticos. É preciso estar preparado para prevenir, ou pelo menos rapidamente remediar, os danos às redes de distribuição causados por intensas rajadas de vento.

O aparente novo normal climático pode causar diversas outras emergências, como o intenso consumo de eletricidade, acima da capacidade do sistema, por efeito de picos de temperatura. Não é intenção deste artigo ser exaustivo no assunto. Focando apenas em longas interrupções do fornecimento causadas por quedas de árvore, como ocorreu recentemente em São Paulo, o senso comum sugere ao menos três providências: 1) melhorar a articulação entre as concessionárias e as administrações municipais, tanto para a adoção de uma sistemática eficaz para a poda de árvores (hoje há muita burocracia) quanto para a substituição das árvores debilitadas por árvores baixas e robustas; 2) estabelecer a ajuda mútua entre concessionárias e suas terceirizadas nos momentos de crise, a exemplo da Flórida; 3) substituir ou reparar postes com risco estrutural e disciplinar o seu uso compartilhado com empresas de telecomunicações, tanto para acabar com o cipal de fios que enfeiam a paisagem urbana quanto para agilizar procedimentos de substituição de redes de ambos os setores durante as emergências.

São investimentos e mudanças operacionais que, se implementados, aumentariam o custo do serviço e causariam aumentos tarifários. Só que grande parte dos consumidores já gasta uma parcela muito elevada da renda familiar com a conta de luz. Aumentar ainda mais significaria turbinar a inadimplência e a incidência de furto de energia. É preciso encontrar na composição tarifária o que poderia ser reduzido para compensar o acréscimo de custo causado pelas medidas preventivas.

Como no Brasil somente 3% da emissão de gases de efeito estufa está associada à produção de eletricidade, enquanto no resto do mundo esse percentual é da ordem de 30%, cabe a pergunta: deveríamos alocar prioritariamente nossos escassos recursos na adaptação do sistema elétrico à nova realidade climática? Ou, como fazem os países desenvolvidos, na redução da emissão de gases que causam o efeito estufa?

O Congresso Nacional tem decidido a favor da segunda alternativa. Há diversas leis que criam incentivos econômicos para as fontes solar e eólica - tanto a "geração concentrada", tipicamente formada por grandes parques geradores conectados ao Sistema Interligado Nacional (alta tensão), quanto a "geração distribuída", tipicamente formada por painéis solares conectados à rede de distribuição (baixa tensão), instalados nos telhados ou em terrenos. Anos atrás, quando essas fontes eram muito caras, os incentivos faziam sentido. Porém não mais: atualmente, são muito baratas. A manutenção dos incentivos serve apenas para atender aos investidores dessas fontes e aos grandes consumidores. Os respectivos custos recaem sobre os ombros dos pequenos consumidores.